

## **ANEXO 17**

### **CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO AO PODER CONCEDENTE E, SE O CASO, TRANSFERÊNCIA À NOVA CONCESSÃO**

## **ANEXO 17**

**CONDIÇÕES DE DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO À ARTESP E, SE O CASO,  
TRANSFERÊNCIA À NOVA CONCESSÃO**

**CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL nº [●]/2020**

**CONCESSÃO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO  
E REALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NECESSÁRIOS PARA A EXPLORAÇÃO DO COMPLEXO  
AEROPORTUÁRIO CONSTITUÍDO PELOS AEROPORTOS INTEGRANTES DO BLOCO  
NOROESTE e SUDOESTE, CONFORME ESPECIFICADO NO EDITAL**

## **1. Conceitos Básicos**

1.1. Este ANEXO tem por objetivo definir as condições fundamentais para a DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, pela CONCESSIONÁRIA, ao Estado de São Paulo, na figura da ARTESP (ou à União, se o caso), com ou sem TRANSFERÊNCIA DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, total ou parcialmente, à concessionária que porventura a suceda (doravante denominada "SUCESSORA").

1.2. Aplica-se subsidiariamente às disposições deste ANEXO, e no que couber, as orientações previstas no PLANO DE TRANSFERÊNCIA OPERACIONAL, na medida em que possam auxiliar no processo de DEVOLUÇÃO do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, bem como dirimir dúvidas existentes.

1.3. Assim, para fins de cumprimento deste ANEXO, as menções e regramentos referentes à DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO aplicam-se, também, em caso de TRANSFERÊNCIA DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, termo que designa, neste ANEXO, e que deve ser aqui compreendido como a nova concessão de bem ou conjunto de bens revertidos ao PODER CONCEDENTE pela CONCESSIONÁRIA.

1.4. Ademais, todas as menções à TRANSFERÊNCIA DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e/ou à SUCESSORA serão aplicáveis se, a qualquer momento antes do término da CONCESSÃO, houver processo licitatório já finalizado e, portanto, com vencedor declarado, que tenha por objeto, integral ou parcial, o todo ou parte do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO compreendido pelo BLOCO [NOROESTE ou SUDOESTE]. Neste caso, entende-se por TRANSFERÊNCIA DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO a transmissão direta, do todo ou parte, do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, conforme objeto do processo licitatório finalizado, da CONCESSIONÁRIA para a SUCESSORA. A disposição desse item é ressalvada pelo dispositivo do art. 16, da Lei Estadual nº 16.933/2019.

1.5. Ficam, portanto, aqui estabelecidas, as especificações aplicáveis sobre o estado de conservação/manutenção/operação para cada uma das estruturas existentes dentro de cada AEROPORTO integrante do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, o qual abrange todas as instalações localizadas no lado ar e no lado terra dos respectivos sítios aeroportuários, inclusive aquelas utilizadas para a obtenção de receitas acessórias, quando expirar o prazo contratual.

1.5.1. A CONCESSIONÁRIA, independentemente da manutenção e da conservação necessárias para manter os Indicadores de Desempenho e o cumprimento de demais obrigações contratuais durante o PRAZO DA CONCESSÃO, deverá devolver e/ou transferir o COMPLEXO AEROPORTUÁRIO em bom estado de conservação e operação, com a atualização adequada à época da DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e garantia de prosseguimento da vida útil por 24 (vinte e quatro) meses, a partir da zero hora do dia seguinte à extinção da Concessão, dos bens que forem revertidos ao Estado de São Paulo. Neste período não deverá ocorrer necessidade de serviços de recuperação e/ou reforços nestes bens. A regra, no entanto, não se aplica a equipamentos, que seguirão os parâmetros de idade específicos previstos nos anexos ao Contrato, especialmente Anexo 02.

1.6. Todo o COMPLEXO AEROPORTUÁRIO deve ser devolvido e/ou transferido, em perfeita adequação com as normas, instruções de projeto, portarias e padrões da ANAC, ARTESP, DAESP, e ABNT, que estejam vigentes à época da extinção da Concessão e,

subsidiariamente, com as normas internacionais correlatas para sistemas aeroportuários de características similares, vigentes ao tempo do cumprimento das respectivas obrigações contratuais, conforme apurado através dos parâmetros de atualidade dos serviços e dos INDICADORES DE DESEMPENHO ao longo da CONCESSÃO.

1.7. O COMPLEXO AEROPORTUÁRIO poderá ser devolvido no todo ou em parte ao Estado de São Paulo, na figura da ARTESP ou à União, ou transferido no todo ou em parte à SUCESSORA conforme decisão da ARTESP.

1.8. As especificações descritas a seguir devem ser entendidas como condições mínimas para a DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e/ou para a sua TRANSFERÊNCIA e terão, ainda, como subsídio fundamental, os Memoriais Descritivos e Projetos Referenciais dos AEROPORTOS do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, disponíveis para consulta nos órgãos técnicos da ARTESP.

## **2. Descrição das Condições**

### **2.1. Pistas**

2.1.1 As pistas deverão ser devolvidas pela CONCESSIONÁRIA à ARTESP ou à SUCESSORA, de acordo com o padrão de qualidade exigido pelo ANEXO 02.

### **2.2. Instalações dos AEROPORTOS**

2.2.1. A CONCESSIONÁRIA deverá, através do plano de conservação/manutenção para as instalações dos AEROPORTOS, garantir cumprimento das normas vigentes da ANAC, ARTESP, DAESP e ABNT, quanto às condições de segurança estrutural, funcionalidade e durabilidade das TPS e outras instalações devolvidas e/ou transferidas.

### **2.3. Sinalização**

#### **2.3.1. Sinalização Horizontal**

2.3.1.1. A sinalização horizontal deverá apresentar vida residual de, no mínimo, 12 (doze) meses e as tachas refletivas deverão estar de acordo com as especificações operacionais.

#### **2.3.2. Sinalização Vertical**

2.3.1.2. A sinalização vertical deverá estar conforme projeto, adequada à época do término da CONCESSÃO.

2.3.1.3. As placas deverão apresentar, entre outras, as seguintes condições:

- i. Deverão estar limpas, isentas de poeiras e barro;
- ii. As películas deverão apresentar o nível de retro-refletância especificado;
- iii. As placas não deverão estar cobertas por vegetação.

2.3.1.4. A sinalização deverá estar atualizada e compatível com as modificações de acessos, trevos ou outras vias de acesso que venham a ser implantadas ao longo do PRAZO DA CONCESSÃO.

## 2.4. Obras de Drenagem

2.4.1. A CONCESSIONÁRIA deverá devolver e/ou transferir em plenas condições de conservação, funcionamento e operação todos os dispositivos de drenagem existentes no COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e instalações complementares.

## 2.5. Equipamentos e Veículos

2.5.1. Para a devolução e/ou transferência deste Sistema deverão ser considerados os quantitativos em operação para o devido cumprimento aos níveis de serviços exigidos, conforme CONTRATO DE CONCESSÃO, para os subsistemas previstos neste CONTRATO:

2.5.2. Quando da DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e/ou de sua TRANSFERÊNCIA, todos os Equipamentos e Veículos referidos no item 2.8.1 deverão estar 100% (cem por cento) operacionais.

2.5.3. Anualmente, durante os 5 (cinco) últimos anos de CONCESSÃO, a CONCESSIONÁRIA deverá apresentar à ARTESP planilhas contendo as manutenções, revitalizações e trocas de componentes realizadas nos Equipamentos e Veículos referidos no item 2.8.1.

## 2.6. Canais de Comunicação e Relacionamento

2.6.1. Corresponde às funções operacionais composto por todos os canais de relacionamento com o usuário e a ouvidoria.

2.6.2. Equipamentos da Administração

2.6.3. Corresponde a equipamentos instalados em edificações operacionais, tais como sede da Concessionária, terminais de passageiros, etc.

2.6.4. Deverão fazer parte da DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e/ou de sua TRANSFERÊNCIA todos os equipamentos do tipo móveis e utensílios considerados necessários para o desenvolvimento dos trabalhos nas edificações citadas, no quantitativo previsto no CONTRATO, instalados e em perfeito estado de conservação.

## 2.7. Iluminação

2.7.1. A iluminação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA deverá apresentar eficiência de 100% (cem por cento) na data de sua DEVOLUÇÃO e/ou TRANSFERÊNCIA.

2.7.2. No último semestre do PRAZO DA CONCESSÃO, deverão ser feitas revisão e checagem completa de todo o sistema de iluminação das luzes de PPD, aproximação, áreas de estacionamento de aeronaves e outras, com relatório subscrito pelo representante legal da Concessionária atestando a funcionalidade do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.

## 2.8. Instalações Operacionais e Equipamentos

2.8.1. Todas as instalações operacionais e de suporte do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, assim como os equipamentos a elas pertinentes, deverão apresentar plenas condições de funcionamento e operação, inclusive com as licenças de sistemas de tecnologia e informática necessárias para a operação de todos os equipamentos válidas até, no mínimo, a assinatura do Termo de Recebimento Definitivo.

2.8.2. Para tanto, a CONCESSIONÁRIA deverá atentar para as condições de funcionamento, manutenção e conservação de cada um dos itens abaixo discriminados, reportando-se às condições de funcionamento e operação previstas nos projetos padrão e especificações respectivas:

- i. Estruturas;
- ii. Impermeabilizações;
- iii. Alvenarias;
- iv. Coberturas;
- v. Forros;
- vi. Pisos;
- vii. Revestimentos e acabamentos;
- viii. Esquadrias e Vidros;
- ix. Instalações hidráulicas/sanitárias, louças e metais, inclusive;
- x. Instalações de combate a incêndio;
- xi. Instalações elétricas, lâmpadas, interruptores e espelhos, inclusive;
- xii. Iluminação;
- xiii. Sinalização;
- xiv. Equipamentos Mecânicos e Eletro-Mecânicos;
- xv. Sistemas Motogeradores; e
- xvi. Equipamentos Eletrônicos.

## 2.10. Limpeza

2.10.1. Todas as dependências integrantes do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO objeto da CONCESSÃO deverão estar totalmente limpas, isentas de detritos, cargas derramadas, lixo e escória quando da devolução e/ou transferência do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.

## 3. Recebimento

### 3.1. Inspeção

3.1.1. Dois anos antes do encerramento da CONCESSÃO, a ARTESP formará e supervisionará uma COMISSÃO, composta por representantes da ARTESP, da

CONCESSIONÁRIA e, se existente, da SUCESSORA, em número paritário, tendo por finalidade acompanhar a adoção, pela CONCESSIONÁRIA, das medidas prévias à DEVOLUÇÃO e/ou à TRANSFERÊNCIA DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO estabelecidas neste ANEXO.

- 3.1.2. Caso, no momento da formação da COMISSÃO, ainda não se tenha dado início ou, embora já iniciado, não esteja concluído o processo licitatório cujo objeto inclua nova concessão de parte, ou de todo, COMPLEXO AEROPORTUÁRIO objeto desta CONCESSÃO, a SUCESSORA será automaticamente integrada à COMISSÃO a partir da data de assinatura do novo contrato de concessão.
- 3.1.3. A COMISSÃO elaborará, em até 90 (noventa) dias contados da sua constituição, o primeiro Relatório de Vistoria e proporá à ARTESP, com a aprovação da CONCESSIONÁRIA e, se existente, anuência da SUCESSORA, os parâmetros que nortearão a devolução e/ou transferência do todo ou parte do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO objeto deste CONTRATO DE CONCESSÃO.
- 3.1.4. O Relatório de Vistoria previsto no item 3.1.3 acima retratará a situação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e poderá propor à ARTESP sua aceitação ou a necessidade de correções, antes de sua devolução à ARTESP e/ou transferência à SUCESSORA.
- 3.1.5. As eventuais correções serão efetivadas em prazos pré-estipulados pela ARTESP e acarretarão nova vistoria, após a conclusão dos serviços.
- 3.1.6. Tanto em caso de DEVOLUÇÃO DO COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao Estado de São Paulo, na figura da ARTESP, quanto em caso de sua TRANSFERÊNCIA à SUCESSORA, deverão ser observadas as regras previstas no item 4 – TRANSIÇÃO deste ANEXO.
- 3.1.7. Em caso de TRANSFERÊNCIA, a COMISSÃO definirá a forma em que se dará a interação entre a CONCESSIONÁRIA e a SUCESSORA e a submeterá à aprovação da ARTESP no mês anterior ao início da Operação Assistida prevista no item 4.2 – Ações de Operação Assistida do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO deste ANEXO.

### 3.2. Relatórios Parciais e Final

- 3.2.1. A cada 3 (três) meses, a partir da aprovação do primeiro Relatório de Vistoria elaborado nos termos do item 3.1.3 acima, a Comissão deverá elaborar e submeter à aprovação da ARTESP relatório parcial de execução dos trabalhos desenvolvidos, bem como um relatório de acompanhamento da execução das obras em andamento e de monitoramento de pavimento, atestando a qualidade do trabalho desenvolvido pela CONCESSIONÁRIA.
  - 3.2.1.1. Os Relatórios Parciais e Final poderão ser elaborados e assinados por RELATOR INDEPENDENTE, para subsidiar decisão da ARTESP.
- 3.2.2. O Relatório de Inspeção Final deverá ser entregue com 15 (quinze) dias de antecedência em relação ao término da CONCESSÃO, e deverá descrever, em detalhes, as datas de vistorias e reuniões realizadas, atas, todas as não



conformidades identificadas e corrigidas ao longo dos trabalhos da COMISSÃO, bem como outras informações consideradas relevantes pela COMISSÃO, com um Parecer Final quanto ao cumprimento das condições de devolução previstas neste ANEXO.

- 3.2.2.1. O RELATOR INDEPENDENTE poderá ser ouvido quanto às conclusões apresentadas no Relatório Final, previamente à decisão da ARTESP, inclusive caso tenha sido responsável pela sua elaboração.

3.3. O RELATOR INDEPENDENTE será escolhido pela ARTESP entre um dos candidatos da lista tríple apresentada pela CONCESSIONÁRIA, em prazo hábil para que possa atuar no âmbito dos procedimentos de responsabilidade da COMISSÃO, nos casos em que a CONCESSIONÁRIA optar pelo RELATOR INDEPENDENTE.

- 3.3.1. O RELATOR INDEPENDENTE e seus prepostos não poderão ter tido nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas ter percebido qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) meses precedentes à constituição da COMISSÃO, nem poderão ter nenhum tipo de vínculo com a CONCESSIONÁRIA e suas PARTES RELACIONADAS, nem delas perceber qualquer forma de remuneração, nos 12 (doze) posteriores à entrega do Relatório Final.
- 3.3.2. A elaboração da lista tríple deverá obedecer, cumulativamente, aos critérios de ampla reputação técnica no mercado e inexistência de proibições para contratar com a Administração Pública.
- 3.3.3. A ARTESP poderá solicitar, a seu critério e por uma vez, a elaboração de nova lista tríple em até 7 (sete) dias da apresentação da primeira lista tríple pela CONCESSIONÁRIA que, no prazo 7 (sete) dias, deverá apresentar nova lista tríple, substituindo os três candidatos a RELATOR.
- 3.3.4. Todos os custos e eventuais responsabilidades relacionados à contratação e atuação do RELATOR serão exclusivamente atribuídos à CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer espécie de ônus à ARTESP, ao Estado de São Paulo e, ainda, à SUCESSORA, se houver.
- 3.3.5. Selecionado o RELATOR pela ARTESP, este procederá, por si ou seus prepostos, às vistorias necessárias, bem como a própria elaboração dos relatórios previstos neste ANEXO.
- 3.3.6. Caso a ARTESP, por seu Conselho Diretor, discorde das conclusões contidas nos Relatórios previstos neste Anexo apresentadas por RELATOR, este poderá ser instado a se manifestar quanto aos métodos e resultados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação da ARTESP, prorrogáveis mediante justificativa do RELATOR.
- 3.3.7. Recebido o primeiro Relatório de Vistoria de que trata o item 3.3.5 acima, a ARTESP deverá instaurar processo administrativo para análise quanto ao conteúdo deste e dos demais Relatórios produzidos no âmbito deste Anexo.
- 3.3.8. Recebidos os Relatórios previstos neste Anexo pela ARTESP, observado o disposto no item 3.3.7 acima, esta deverá analisá-lo e deliberá-lo em tempo hábil ao prosseguimento dos trabalhos.

#### 3.4. Termo de Recebimento Provisório

- 3.4.1. O Termo de Recebimento Provisório deverá ser assinado no último dia de



vigência do CONTRATO pela CONCESSIONÁRIA, pelo Estado de São Paulo e pela ARTESP, e, havendo SUCESSORA, esta deverá a ele anuir expressamente, configurando assim o término da responsabilidade da CONCESSIONÁRIA pela manutenção e operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO.

3.4.2. Havendo condições previstas neste ANEXO pendentes de atendimento pela CONCESSIONÁRIA, estas deverão ser cumpridas segundo os regimes a seguir estabelecidos:

- a) Em caso de DEVOLUÇÃO à ARTESP, o cumprimento das condições pendentes dar-se-á conforme cronograma a ser estabelecido pela ARTESP;
- b) Em caso de TRANSFERÊNCIA, caso não seja viável o cumprimento das condições pendentes até o termo contratual, o montante a elas equivalente será convertido em indenização a ser paga diretamente pela CONCESSIONÁRIA à SUCESSORA e calculado na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO de CONCESSÃO que se encerra.

3.5. O Termo de Recebimento Provisório, retratará a situação dos BENS REVERSÍVEIS, constando os termos da sua aceitação e a eventual necessidade de correções ou substituições, sob responsabilidade da CONCESSIONÁRIA, não cabendo qualquer tipo de ressarcimento à CONCESSIONÁRIA.

3.5.1. Na hipótese de eventuais correções ou substituições a serem feitas pela CONCESSIONÁRIA, o Termo Provisório de Devolução deverá indicar, de forma motivada, o prazo para a sua execução.

3.5.2. A ARTESP poderá determinar, no Termo de Recebimento Provisório, a entrega da documentação técnica e administrativa, bem como o repasse das orientações operacionais relativas aos SERVIÇOS DELEGADOS que ainda não tiverem sido entregues ou repassados pela CONCESSIONÁRIA.

3.5.3. As correções e substituições realizadas pela CONCESSIONÁRIA com o objetivo de retornar os BENS REVERSÍVEIS às condições de uso, atualização tecnológica e manutenção, não gerarão direito a indenização ou compensação em seu favor.

3.5.4. A não realização das correções e substituições previstas no Termo de Recebimento Provisório implicará a fixação de indenização a favor da ARTESP, em valor correspondente aos serviços não realizados, além da aplicação das sanções previstas neste CONTRATO em razão do inadimplemento contratual.

3.5.5. Caberá à CONCESSIONÁRIA retirar, no prazo fixado no Termo de Recebimento Provisório, todos os bens utilizados na CONCESSÃO que não forem qualificados como BENS REVERSÍVEIS.

3.5.6. No prazo máximo de até 120 (cento e vinte) dias anteriores ao marco previsto para o término do CONTRATO, verificado o integral cumprimento das determinações do TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, exceto as eventuais impossibilidades devidamente justificadas, e comprovadas as condições para o recebimento dos bens

nele inventariados de forma que fique garantida a continuidade da operação do serviço concedido, deverá ser dado início às atividades de assunção da prestação do serviço concedido pela ARTESP, ou a quem este indicar, a título de transição, devendo a CONCESSIONÁRIA se manter na prestação do serviço concedido até a lavratura do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, liberando, assim, a CONCESSIONÁRIA de suas obrigações.

- 3.5.7. Findo o prazo de vigência do CONTRATO, e desde que cumpridas todas as condições determinadas no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO, ou adimplidas as eventuais indenizações, será lavrado o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO pela ARTESP.

3.6. Transferência Provisória à SUCESSORA:

- 3.6.1. A assinatura do Termo de Recebimento Provisório implica a transferência da operação e manutenção do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, ou parte dele, à SUCESSORA, conforme Ato de Adjudicação do objeto da respectiva licitação vencida, mas não exime a CONCESSIONÁRIA da responsabilidade civil de manter o Estado de São Paulo e/ou a SUCESSORA indene, decorrente da garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

3.7. Termo de Recebimento Definitivo

- 3.7.1. Decorrido o período de observação de 6 (seis) meses, contados do Termo de Recebimento Provisório, será lavrado o Termo de Recebimento Definitivo do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO. Se nesse prazo estiverem atendidos todos os requisitos previstos ANEXO, o Termo de Recebimento Definitivo informará a regularidade e autorizará a liberação da garantia.

- 3.7.2. Se, ao final de 6 (seis) meses contados do Termo de Recebimento Provisório, a CONCESSIONÁRIA não tiver cumprido todas as condições previstas neste ANEXO, o Estado de São Paulo deverá ser indenizado e/ou a SUCESSORA pleiteará o desconto do valor respectivo, da garantia fornecida pela CONCESSIONÁRIA neste CONTRATO.

- 3.7.2.1. Em caso de devolução do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao Estado de São Paulo, na figura da ARTESP, será executada a garantia, em montante calculado na forma de reequilíbrio econômico-financeiro prevista no CONTRATO de CONCESSÃO que se encerra.

- 3.7.2.2. Em caso de Transferência para SUCESSORA, o montante da indenização devida será comprovado pela SUCESSORA mediante instauração de processo administrativo próprio, sobre o qual a CONCESSIONÁRIA poderá se manifestar.

- 3.7.1. As responsabilidades finais da CONCESSIONÁRIA somente se encerrarão dentro dos prazos legais então vigentes sem eximir a CONCESSIONÁRIA, no entanto, de sua responsabilidade civil de manter o Estado de São Paulo, a ARTESP e/ou a SUCESSORA indene, decorrente de garantia de vida útil prevista neste ANEXO.

- 3.7.2. Para os fins do cálculo da indenização prevista nos itens 3.7.2.1 e 3.7.2.2, os

custos unitários a serem adotadas devem ter como base aqueles praticados no mercado ao momento da apresentação do pleito. Na indisponibilidade de informações nas tabelas aqui referidas, deverão ser utilizados outros parâmetros como, por exemplo, os utilizados e publicados em revistas de engenharia nacionais e internacionais ou, caso indisponíveis, poderá ser realizada cotação no mercado, com, no mínimo, 3 (três) fornecedores.

- 3.7.3. Enquanto não expedido o TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO não serão liberadas as GARANTIAS previstas no ANEXO 13.
- 3.7.4. A CONCESSIONÁRIA, desde 6 (seis) meses antes do advento do termo contratual, ou a partir da extinção da CONCESSÃO operada por outra causa, não poderá realizar dissolução, partilha do patrimônio ou distribuir valores a qualquer título entre os seus acionistas, antes que a ARTESP, por meio do TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, ateste que os BENS REVERSÍVEIS encontram-se em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção, livres de quaisquer ônus ou encargos e que esteja plenamente assegurado o pagamento das importâncias devidas a ARTESP, a título de indenização ou qualquer outro título.
- 3.7.5. A ARTESP incluirá, no TERMO PROVISÓRIO DE DEVOLUÇÃO e no TERMO DEFINITIVO DE DEVOLUÇÃO, as sub-rogações ocorridas nos termos da Cláusula [--] do contrato relativos a atividades inerentes, acessórias ou complementares ao objeto da CONCESSÃO, bem como dos contratos de fontes de RECEITAS NÃO TARIFÁRIAS celebrados entre a CONCESSIONÁRIA e terceiros, cabendo à CONCESSIONÁRIA, quando possível, prever tal possibilidade em tais ajustes e tomar as providências necessárias para aditar os contratos indicados, em iguais condições às praticadas pela CONCESSIONÁRIA.

#### 4. Transição

##### 4.1. Obrigações da CONCESSIONÁRIA

- 4.1.1. São obrigações da CONCESSIONÁRIA, para a garantia da continuidade da operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, bem como para a boa operacionalização da transição do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao Estado de São Paulo, na figura da ARTESP, à União ou à SUCESSORA:
- i. Disponibilizar documentos e contratos relativos ao objeto da CONCESSÃO, incluindo histórico e projeto de todas as intervenções realizadas no COMPLEXO AEROPORTUÁRIO ao longo de toda a CONCESSÃO e demais documentos solicitados pela COMISSÃO ou ARTESP;
  - ii. Disponibilizar documentos operacionais relativos ao objeto da CONCESSÃO;
  - iii. Disponibilizar demais informações sobre a operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO;
  - iv. Cooperar com a SUCESSORA, e/ou com a ARTESP ou com a União para

a transmissão adequada da operação do todo ou de parte do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, bem como dos conhecimentos e informações a ele relativas, na forma a ser definida pela ARTESP;

- v. Permitir o acompanhamento da operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO e as atividades regulares da CONCESSIONÁRIA pela ARTESP, pela União e/ou pela SUCESSORA;
- vi. Promover o treinamento de pessoal da ARTESP, da União e/ou da SUCESSORA, relativamente à operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO;
- vii. Colaborar com a SUCESSORA e ARTESP, com a União ou com a SUCESSORA na elaboração de eventuais procedimento e relatórios requeridos no processo de transferência e transição;
- viii. Indicar profissionais das áreas de conhecimento relevantes para transição operacional durante assunção do serviço pela ARTESP, pela União ou pela SUCESSORA;
- ix. Disponibilizar espaço físico para acomodação dos grupos de trabalho da ARTESP, da União e/ou da SUCESSORA ou quem a ARTESP indicar, nesse período;
- x. Auxiliar no planejamento do quadro de funcionários;
- xi. Interagir com a ARTESP, com a União e/ou com a SUCESSORA e demais atores e agentes envolvidos na operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO;
- xii. Colaborar das demais formas indicadas pela ARTESP;
- xiii. Disponibilizar, no prazo determinado pela ARTESP, vídeo-registro georreferenciado mais recentemente realizado e demais documentos que constituam os inventários mais atualizados, que serão mantidos pela CONCESSIONÁRIA ao longo de todo o PRAZO DA CONCESSÃO;

#### 4.2. Ações de Operação Assistida do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO:

- 4.2.1. Nos últimos 3 (três) meses de vigência do CONTRATO da CONCESSIONÁRIA, a SUCESSORA, com o prévio conhecimento e aquiescência da CONCESSIONÁRIA e da ARTESP, poderá alocar pessoal no acompanhamento da operação e manutenção do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, a fim de se familiarizar com a operação do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO objeto da CONCESSÃO.
- 4.2.2. A ARTESP irá definir, oportunamente, as regras relativas à Operação Assistida, podendo impor novas obrigações à SUCESSORA dentro dos limites do dever de colaboração com a TRANSFERÊNCIA da CONCESSÃO à SUCESSORA.

#### 4.3. Solução de Conflitos na fase de Transição

- 4.3.1. Em caso de discordância ou divergência na COMISSÃO sobre a necessidade de correções ou sobre o descumprimento de alguma das condições mínimas previstas neste ANEXO, bem como em face das decisões da ARTESP, o membro insatisfeito deverá manifestar seu inconformismo, por escrito e fundamentadamente à ARTESP, com cópia para os demais membros, em até 15 (quinze) dias úteis do ato questionado, instruída com as alternativas de solução aos pontos impugnados ou ressalvados, com estimativa de custos, se for o caso. Os demais membros da Comissão poderão manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias da respectiva ciência do inconformismo.
- 4.3.2. As manifestações apresentadas serão analisadas pelo corpo da ARTESP, em até 15 (quinze) dias úteis, contados de seu recebimento.
- 4.3.3. Caso a divergência apresentada tenha sido objeto de análise pelo RELATOR INDEPENDENTE, suas conclusões serão vinculantes à CONCESSIONÁRIA, prevalecendo sobre suas manifestações anteriores, salvo na hipótese de comprovada ilegalidade.
- 4.3.4. Sem prejuízo do disposto nos itens 3.3.6 e 4.3.1 acima, em caso de discordância da ARTESP quanto ao conteúdo dos Relatórios, inclusive se elaborados por RELATOR, as divergências poderão ser dirimidas pelos métodos amigáveis de resolução de conflito previstos no CONTRATO.
- 4.3.5. A decisão do Conselho Diretor da ARTESP sobre o inconformismo do(s) membro(s) da COMISSÃO tem força vinculante para esta, que deverá adotar, imediatamente após sua intimação, as medidas determinadas, visando à assinatura do Termo de Recebimento Provisório, se antes do final da CONCESSÃO, ou do Termo de Recebimento Definitivo, se durante o período de observação.
- 4.3.6. A validação, pela ARTESP, dos trabalhos da Comissão, inclusive dos Relatórios de Vistoria, observado o disposto no item 4.3.4, implica a plena aceitação, pela CONCESSIONÁRIA e pela SUCESSORA, das condições do COMPLEXO AEROPORTUÁRIO, sendo que qualquer ônus em que a SUCESSORA venha a incorrer em razão de vícios imprevisíveis e não resultantes de culpa ou dolo dos membros da Comissão deverá ser tratado conforme disposição contratual da futura concessão.
- 4.3.4. É vedada a interferência, prejuízo, imposição de obstáculos ou ruptura de continuidade na prestação de serviços objeto do presente CONTRATO DE CONCESSÃO, bem como a imposição de qualquer ônus não decorrente do CONTRATO DE CONCESSÃO, à CONCESSIONÁRIA, no período de transição.
- 4.3.5. Toda e qualquer definição conjunta entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA, referente ou não à fase de transição, e de caráter estritamente privado, que não interfira na prestação adequada do serviço concedido, deverá ser comunicada à ARTESP, mas não ensejará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA, nem poderá implicar qualquer ônus à ARTESP.

- 4.3.6. É permitida, também, a composição entre CONCESSIONÁRIA e SUCESSORA quanto aos bens que integram a CONCESSÃO e que deverão ser transferidos diretamente à SUCESSORA, desde que tal composição seja previamente aprovada pela ARTESP e não implique qualquer ônus à ARTESP ou à qualidade da prestação de serviço ao usuário, razão pela qual dela não derivará qualquer direito a reequilíbrio em favor da CONCESSIONÁRIA ou da SUCESSORA.